

**O NASCIMENTO DE UM NOVO ESTADO.
A PROCLAMAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA DO SUDÃO DO SUL
EM 9 DE JULHO DE 2011: O *TERMINUS* DO CONFLITO DE DARFUR?**

CATHERINE MAIA/ ISA ANTÓNIO DE SOUSA

Professora Auxiliar da FDULP/ docente da Universidade de
Borgonha e da Universidade Católica de Lille/Membro do I2J
– Instituto de Investigação Jurídica da Universidade Lusófona
do Porto

Assistente no Instituto Politécnico do Cávado
e do Ave¹
Mestre e doutoranda em Direito

O dia 9 de Julho de 2011 marca, com a proclamação oficial da independência do Sudão do Sul, o nascimento de um novo Estado independente, número 54 do continente africano e o agora número 193 da ONU, sendo um dos maiores do continente negro, ao superar as áreas de Quênia, Ruanda e Uganda somadas, com uma população estimada entre 7,5 e 9,5 milhões de habitantes.

No primeiro dia de vida do novo Estado, 80 delegações estrangeiras e vários líderes mundiais, entre eles 30 líderes africanos, chegaram a Juba, a capital, para as comemorações da independência, as quais foram iniciadas com a leitura pelo Presidente do Parlamento do Sudão do Sul, James Wani Igga, da Declaração de Independência do novo Estado.

Esta Declaração reconhece e enaltece o Sudão do Sul como “*um Estado multiétnico e multicultural*”, sendo proclamado como “*um Estado independente e com plena personalidade legal internacional, [que será] conhecido a partir de agora como a República do Sudão do Sul*”.

Após a leitura da Declaração de Independência, a mudança de titular da soberania foi simbolizada pela içada da insígnia do novo Estado acompanhada da descida da bandeira do Sudão, Estado que até esse dia pertencia ao Sudão do Sul. Este momento histórico solene foi concretizado com a assinatura da Constituição de Transição pelo primeiro Presidente interino da jovem República, Salva Kiir.

Espera-se que esta independência venha pôr fim definitivamente a um diferendo cujas raízes remontam a um passado distante. De facto, entre 1955, um ano antes da independência do Sudão que era até então uma colónia anglo-egípcia, e 2005, os rebeldes sulistas entraram numa guerra civil contra Cartum, reivindicando maior autonomia política e administrativa. Os conflitos que acompanharam esta reivindicação arrasaram a região, deixando milhões de

mortes e feridos, e provocando uma desconfiança recíproca entre os dois lados do país, o Sudão do Norte e o Sudão do Sul.

Em Janeiro de 2005, o Acordo de paz global firmado pelo Presidente do Sudão, Ali Osman Taha, e pelo líder dos rebeldes, John Garang (apenas alguns meses antes de sua morte num acidente de helicóptero), ao mesmo tempo que punha um termo a mais de duas décadas de guerra civil entre o Norte e o Sul, estipulava a organização de um referendo sobre a secessão do Sudão do Sul e concedia uma larga autonomia a esta região durante seis anos.

O referendo organizado em Janeiro de 2011, sem nenhum incidente grave, foi aprovado por 99%, ou seja quase por unanimidade dos eleitores do Sudão do Sul, que votaram a favor da criação de um novo Estado, com a separação da região do Sul, predominantemente cristã e animista, em relação ao Norte, governado a partir de Cartum, onde a população é maioritariamente muçulmana e de origem árabe.

Embora o Sudão do Norte tenha sido o primeiro Estado a reconhecer oficialmente a República do Sudão do Sul, na véspera da sua independência, e o seu presidente Omar al-Bashir (o qual é objecto desde Março de 2009 de dois mandados de detenção emitidos pelo Tribunal Penal Internacional por genocídio, crimes de guerra e crimes contra a humanidade cometidos na região do Darfur) se tinha comprometido a manter boas relações cooperativas com o Sul, a verdade é que estes gestos de apaziguamento não eliminaram as preocupações sobre o futuro.

As cenas de júbilo que acompanharam a proclamação da independência do Sudão do Sul não devem fazer esquecer que várias questões-chave ainda precisam ser resolvidas entre ambos os países, nomeadamente os sangrentos confrontos armados nas fronteiras ainda não completamente delimitadas entre o Norte e o Sul, as disputas com Cartum sobre o pós-desdobramento, a partilha das receitas petrolíferas vitais para as economias de ambos os Estados, bem como a questão da nacionalidade e estatuto dos Sudanese originários do Sul e residentes no Norte e vice-versa. Estas questões fulcrais devem ser negociadas entre o Norte e o Sul, de acordo com a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento da África Oriental.

Esta organização, que agrupa seis países do Leste Africano teve, no dia 4 de Julho uma reunião de cúpula em Addis Abeba (Etiópia), com a presença do Presidente al-Bashir e seu homólogo do sul, Salva Kiir. Em comunicado, a IGAD declarou o seu “*forte apoio*” aos dois líderes, concordando em manter as negociações após 9 de Julho (dia da Independência do Sudão do Sul) para resolver todas as questões ainda pendentes após a celebração do Acordo

Geral de Paz assinado em 2005 entre as partes, *maxime* a demarcação exacta das fronteiras, o estatuto da região disputada de Abyei, e a divisão da dívida pública entre os dois países.

A questão do petróleo, em particular, é uma das questões mais sensíveis na divisão do Sudão, porquanto se a maior parte das reservas fica no Sul, quase toda a infra-estrutura para refino e transporte fica no Norte, a receita sendo dividida meio a meio.

Ora, as tensões têm aumentado após a ocupação pelos nortistas em 21 de Maio de Abyei, região rica em petróleo, forçando 117 mil sulistas a deixarem as suas casas, para fugir da violência. Antecipando-se a uma eventual retomada da guerra civil, um acordo para desmilitarizar Abyei e implantar 4.200 capacetes azuis etíopes nessa região problemática foi assinado em 20 de Junho de 2011 sob a égide das Nações Unidas.

Além disso, prova de um consenso mundial, foi a expedita resolução da questão relacionada com a adesão do Sudão do Sul à ONU.

Nos termos do artigo 4º da Carta da Organização das Nações Unidas de 1945:

“1. A admissão como membro das Nações Unidas fica aberta a todos os outros Estados amantes da paz que aceitarem as obrigações contidas na presente Carta e que, a juízo da Organização, estiverem aptos e dispostos a cumprir tais obrigações.

2. A admissão de qualquer desses Estados como membro das Nações Unidas será efectuada por decisão da Assembleia Geral, mediante recomendação do Conselho de Segurança”.

Conforme este procedimento, o presidente do Conselho de Segurança da ONU apresentou em 11 de Julho a candidatura da República do Sudão do Sul para se tornar um novo membro para o órgão das Nações Unidas competente para tal pedido.

O Comité do Conselho sobre a admissão de novos membros reuniu-se no mesmo dia para discutir a proposta, que tinha sido apresentada através de uma carta enviada pelo Presidente do Sudão do Sul, em 9 de Julho, ou seja, no próprio dia da proclamação de independência pelo novo país.

Nessa carta, transmitida por Ban Ki-moon aos Presidentes do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral, o Presidente Kiir apresentava oficialmente seu pedido, em nome do povo do Sudão do Sul, para se tornar um Estado-Membro pleno da ONU, declarando que a nova República aceita as obrigações contidas na Carta das Nações Unidas e assume o compromisso de as cumprir.

Qualquer recomendação para a admissão de um novo Estado-Membro deve recolher 15 votos a favor no seio dos membros do Conselho de Segurança, sem que nenhum dos

membros permanentes (China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia) vote contra. Tal aconteceu em 13 de Julho.

Logo no dia posterior, a recomendação foi apresentada à Assembleia Geral. Em princípio, tal órgão, reunindo os seus 192 membros, deve admitir por sua vez o novo Estado-Membro aos dois terços dos membros presentes e votantes.

Ora, no caso do Sudão do Sul, a força da unanimidade permitiu desviar o procedimento habitual. De facto, ao votar por mera aclamação a admissão da República do Sudão do Sul, a Assembleia Geral da ONU permitiu ao Sudão do Sul tornar-se o Estado-membro 193 da ONU, dispensando-se as regulares e morosas etapas procedimentais conducentes à sua aceitação como membro.

De acordo com o Representante Permanente da Alemanha nas Nações Unidas, Peter Wittig, que detém a presidência rotativa do Conselho de Segurança para o mês de Julho, a ONU encontra-se actualmente a preparar-se para a próxima fase do seu papel na região, tanto no terreno como na sede da Organização com a chegada deste novo Estado-Membro.

Nesse sentido, considerando que a situação no Sudão do Sul continua a constituir uma ameaça à paz e à segurança internacionais na região e actuando, por conseguinte, de acordo com os poderes que lhe são conferidos pelo capítulo VII da Carta das Nações Unidas, o Conselho de Segurança adoptou por unanimidade no dia 8 de Julho a resolução 1996 (2011) que cria a Missão de Assistência das Nações Unidas na República do Sudão do Sul. Missão esta, que vai actuar por um período inicial de um ano, sendo constituída por cerca de 7.000 militares, 900 policiais civis e de uma componente civil. O mandato da Missão será consolidar a paz e a segurança, ajudar a estabelecer condições favoráveis para o desenvolvimento socioeconómico, bem como fortalecer a capacidade do Governo em administrar eficaz e democraticamente a jovem República do Sudão do Sul.

A Missão da ONU terá, em particular, por objectivos apoiar “*o governo da República do Sudão do Sul nas áreas de transição política, governação e estabelecimento da autoridade do Estado*” em vista a estabelecer “*um processo constitucional aberto a todos*”, realizar eleições justas e transparentes, e ajudar na criação de “*media independentes*”, assim como “*assegurar a participação das mulheres nos órgãos de decisão*”.

Os especialistas da ONU irão apoiar o governo para conduzir investigações sobre a situação dos direitos humanos e as ameaças à população civil, os riscos de infracções e violações efectivas do direito internacional humanitário e dos direitos humanos. Por seu turno, os capacetes azuis terão como missão a de auxiliar o Governo do Sudão do Sul, em particular o exército e a polícia, de modo a permitir que o novo Estado exerça a responsabilidade de

proteger os civis em conformidade com o direito internacional humanitário, o direito dos direitos humanos e o direito dos refugiados.

Pese embora a proclamação de independência do Sudão do Sul e o inestimável auxílio desta Missão da ONU, é inegável que o novo país terá de enfrentar grandes desafios. De facto, apesar de ser possuidor de grandes reservas de petróleo, o Sudão do Sul é considerado como um dos países mais pobres do mundo, com um dos indicadores sociais menos desenvolvidos, com a maior taxa de mortalidade materna, a maioria das crianças fora da escola e um índice de analfabetismo que chega em 84% entre as mulheres.

Desde logo, podemos interrogar-nos sobre o futuro deste novo país, cuja independência se inscreve na linha afirmada desde o fim da Guerra Fria por alguns Estados reivindicando a secessão como uma forma de resolver graves tensões internas. À ideia contestável de que populações pertencentes a diferentes etnias ou religiões sejam incapazes de consolidar o indispensável sentimento de querer viver integrados harmoniosamente numa nação, acresce o inerente risco a esta perspectiva de curto prazo que se prende com a proliferação de micro-Estados ou, pelo menos, de Estados impossibilitados em desempenhar qualquer papel determinante na cena internacional e quiçá impossibilitados em sustentar-se sem ajuda da comunidade internacional, o PNB de tais países sendo incomparavelmente inferior à fortuna de muitas empresas multinacionais.

Outra problemática que se levanta é a que se relaciona com o efectivo *terminus* da guerra civil que devasta a região do Darfur desde 2003, guerra que infelizmente não dá sinais de abrandar pelo (mero) facto de o Sudão do Sul ser um novo país. Pelo contrário, estando por detrás deste conflito uma questão étnica profunda (nesta só região coexistem predominantemente três etnias: *fur*, *masalit* e *zaghawa*), à qual vêm crescer interesses económicos e comerciais de grandes potências mundiais como a China, Japão e Brasil, relacionados com a exploração do petróleo, gás natural, assim como a luta pela água, bem escassa naquela região, podemos afirmar que o caminho até à paz ainda vai ser longo...